



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00103

Brasília, 06 de outubro de 2017.

Objetivo da reunião: Acompanhamento de projeto PJe

Horário e local: 10h - Sala 101-D CJF

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Ministro Raul Araújo Filho	MAGISTRADO	CG
Cleberson José Rocha	MAGISTRADO	SG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Denise Guimaraes Tangari	SECRETARIO	SCG
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Juiz Federal, Coordenador Comitê- Gestor - PJe-JF	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	Divisão de Projetos de Sistemas/Dipsi/- Secin	TRF1
Helena Elias Pinto (hep@jfrj.jus.br)	Juíza Federal, membro do Comitê Gestor do PJe-JF	TRF2
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias	TRF2
Fabiano Lopes Carraro (flarraro@trf3.jus.br)	Juiz Federal, membro do Comitê Gestor do PJe-JF	TRF3

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

David Panessa Baccelli (dbacelli@trf3.jus.br)	Assessor de Gestão dos Sist. da Informação	TRF3
Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3
Aurea Lucia Machado Honda		TRF3
Alexandre do Nascimento da Silva (ansilva@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria Judiciária - SEJU	TRF3
Sérgio Renato Tejada Garcia (tejada@trf4.jus.br)	Juiz Federal, membro do Comitê Gestor do PJe-JF	TRF4
Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Juiz Federal, membro do Comitê Gestor do PJe-JF	TRF4
Marcos Mairton da Silva	Juiz Federal em Auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça Federal	CJF
Ivan Scarparo Forgearini (isf@trf4.jus.br)	Seção de Uniformização de Sistemas Judiciais	TRF4
Suzana Maria Lopes Franco	Diretora da Secretaria de Sistemas Judiciários	TRF4
Alexandre Venzon	Secretaria Judiciária	
Telma Motta (trmota@trf4.jus.br)	Diretora da Secretaria Judiciária	TRF5
Sandra Régia Cordeiro Valença Bowman (sandrar@trf5.jus.br)		TRF5
Miguel Antônio Silveira Ramos (ramosm@vetorial.net)	Advogado, representante do CFOAB	CFOAB
Francisco Lopes	Servidor Efetivo	STJ

Pauta

1. Redistribuição de recursos orçamentários

O Ministro Raul Araújo iniciou a coordenação dos trabalhos do Comitê Gestor do PJe-JF,

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

cumprimentando os participantes e passando a palavra ao Juiz Federal Marcelo Albernaz para que desse início às discussões da pauta. Em relação aos recursos orçamentários alocados no Conselho da Justiça Federal, (R\$ 224.021,00), o Ministro informou que tratará da questão com a Presidente Ministra Laurita Vaz. Quanto aos recursos alocados no TRF da 2ª Região (R\$ 457.816,99), a Juíza Federal Helena Elias (TRF2) informou que o Plenário do Tribunal aprovou a adoção do sistema Eproc, por unanimidade, entretanto o assunto demandaria, ainda, a apreciação pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Conselho Nacional de Justiça. Desse modo, a Presidência do Tribunal precisaria de um prazo para se posicionar a respeito da questão orçamentária. Diante dessa manifestação, o Comitê deliberou aguardar do TRF2 a formalização da disponibilização da referida dotação orçamentaria. A 3ª Região informou que necessitará de R\$ 500.000,00 adicionais para realizar as ações previstas em seu plano de implantação do PJe. A 1ª Região se comprometeu a transferir o valor demandado pela 3ª Região caso o CJF e/ou o TRF2 não tenham liberados os respectivos recursos orçamentários até 16/10/17. O Ministro solicitou da 3ª Região a apresentação do plano de trabalho para aplicação dos recursos requeridos. O Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, Gustavo Bicalho, solicita que as unidades de orçamento do TRF1 e do TRF2 registrem no SIAFI que estará remanejando créditos para o TRF3. O Juiz Federal Fabiano Carraro (TRF3) concordou com a proposta da 1ª Região, sendo seguindo pela 5ª Região, representada pela Secretária Judiciária Telma Motta. O Juiz Federal Fabiano Carraro apresentou os agradecimentos do TRF da 3ª Região, em nome da Presidência, à 1ª Região pelo espírito de colaboração manifestado pela proposta de ceder parte dos seus recursos orçamentários ao TRF3. Dr. Miguel Ramos (CFOAB) sugeriu a destinação de verbas para o treinamento de usuários externos para a utilização do PJe para que não haja obstáculo ao acesso à Justiça ou prejuízo decorrente de não se saber utilizar o sistema adequadamente. O Ministro Raul Araújo manifestou que seria necessário estabelecer convênio com a OAB para a capacitação de advogados. O TRF1 informou que no início da implantação foram realizados treinamentos de multiplicadores para a OAB e para a Defensoria Pública. O TRF3 esclareceu que os treinamentos que serão realizados incluem os advogados e outros usuários externos. Acrescentou, ainda, que possuem acordo de cooperação com a Associação dos Advogados de São Paulo, no qual consta o compromisso dessa entidade, com assessoria do Tribunal, para treinar os seus cerca de 100 mil associados. O TRF3 informou, ainda, que manteve contato com a Seccional da OAB-SP para viabilizar acordo análogo ao mencionado, mas não houve retorno.

2. Implantação do PJe na 1ª Região

O TRF1 registrou a existência de 81.700 processos no 1º grau e 21.300 no 2º grau, totalizando 103.000 processos no PJe na 1ª Região; que em agosto do total de processos novos, 17% ingressaram via PJe. Acrescentou o Juiz Federal Marcelo Albernaz que a 1ª Região, até o final de 2018, conforme o planejamento estabelecido, estará cumprindo integralmente a Resolução CNJ n. 185/2013, ou seja, todas as novas ações, em todas as classes e em todas as localidades estarão sendo distribuídas no sistema PJe. Hoje 67% dos órgãos julgadores da 1ª Região utilizam o PJe. O Ministro questionou se haverá tempo hábil para executar todo o orçamento previsto para 2017. O Secretário de TI, Marcos Barbosa (TRF1), informou que os recursos remanescentes serão aplicados na fábrica de software para o desenvolvimento de funcionalidades que serão utilizadas por todos os tribunais que adotam o PJe. O Juiz Federal Marcelo Albernaz ressaltou a carência de pessoal de TI e sugeriu que o CJF analisasse a possibilidade estudar a transformação de cargos. O Juiz Federal Marcos Mairton (CJF) questionou se os recursos que foram tratados no tópico 1 são exclusivos para desenvolvimento e manutenção do PJe ou se a contratação da fábrica de software poderia ser para outros sistemas. O Juiz Federal Marcelo Albernaz esclareceu que a fábrica é contratada

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

para desenvolver qualquer software, mas que o Tribunal tem recursos próprios para os outros sistemas e que os recursos em discussão são exclusivos para o desenvolvimento do PJe. O Juiz Federal Marcos Mairton questiona, ainda, se aplicativos satélites poderiam ser desenvolvidos com esses recursos. Marcos Barbosa informou que o desenvolvimento é exclusivo para o código do PJe. Telma Motta (TRF5) ressaltou que existe um pedido da Comissão das Penitenciárias Federais para o desenvolvimento de um sistema para processar solicitação de transferência de presos e serão utilizados recursos do PJe.

3. Implantação do PJe na 3ª Região

O TRF3 informou que tramitam no PJe 138.507 processos, sendo 107.929 no 1º grau e 30.578 no 2º grau. Atualmente o PJe é obrigatório para todas as classes cíveis e previdenciárias e em todas as subseções judiciárias da 3ª Região (44 na SJSP e 7 na SJMS). O PJe também está disponível nas execuções fiscais, em caráter facultativo, decorrente da impossibilidade da Fazenda Nacional ajuizar executivos fiscais no PJe. O Ministro Raul Araújo questionou sobre a performance do PJe. O Juiz Federal Fabiano Carraro informou que o sistema tem funcionado satisfatoriamente, principalmente após a implantação da versão 2.0, o que dá motivação para prosseguir para outras classes processuais. Dr. Miguel Ramos questiona se a versão 2.0 implantada na 3ª Região é a mesma versão nacional. Jader Videira (TRF3) informou que é a mesma, inclusive contou a colaboração de servidores do CNJ para realizar a atualização da versão.

4. Implantação do PJe na 5ª Região

Telma Motta informou que utiliza a versão original, que possui mais funcionalidades que a versão nacional desenvolvida pelo CNJ. Acrescentou que desenvolvem para a versão 2.0, começando pelo RPV e precatórios, conforme acordado com o CNJ. Ressaltou que essas novas funcionalidades irão atender aos TRFs da 1ª e 3ª Regiões e a própria 5ª Região, que pretendem implantar a versão 2.0 nos juizados especiais federais. Telma acrescentou que atualmente trabalham principalmente na automação de procedimentos. Estão em desenvolvimento aplicativos para Android e IOS. Finalizou informando que desenvolvem o Escritório Digital, em fase de testes com a OAB-PE. Marcos Barbosa ressaltou que o desenvolvimento colaborativo de funcionalidades para o PJe por um tribunal possibilita dispensar esforço adicional pelos demais tribunais.

5. Solicitação de apoio do CNJ para a 1ª Região

O Juiz Federal Marcelo Albernaz submeteu ao Comitê demanda da 1ª Região para que seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça solicitação de apoio técnico para a migração da versão 1.7.x para a versão PJe 2.0. O Ministro concordou com o encaminhamento proposto pelo TRF1 e ressaltou que deverá reunir-se com a Ministra Laurita Vaz e com o Ministro João Otávio de Noronha, do Conselho Nacional de Justiça, para tratar de assuntos afetos ao PJe. O Comitê acolheu, à unanimidade, o pedido. A 3ª Região colocou-se à disposição para também auxiliar a 1ª Região.

6. Situação do processo eletrônico na 4ª Região

O Juiz Federal Sérgio Tejada (TRF4) informou que na 4ª Região está implantado o sistema Eproc, contando com 5.081.740 processos no 1º e 2º graus, que todos os processos são eletrônicos, inclusive os processos originários no Tribunal. O TRF4 está integrado com o STF e o STJ para envio e retorno, com a Fazenda Nacional e com todos os conselhos profissionais.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

O MPF está integrado por meio do MNI, bem como com a advocacia federal e a OAB. Ainda estão integrados com o TJPR para fins de jurisdição delegada. Estão em negociações com a justiça estadual de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Juiz Federal Sérgio Tejada relatou que a Turma Nacional de Uniformização (TNU) não está integrada com a 1ª Região e ponderou a necessidade urgente dessa integração. O Juiz Federal Marcelo Albernaz esclareceu que na 1ª Região, nos juizados especiais federais, há processos físicos no interior e nas capitais utilizam o sistema JEF Virtual. O PJe começará a ser implantado nos JEFs a partir de dezembro e que somente a partir dessa implantação, visto que o PJe e o Eproc estão ajustados ao MNI, o envio de processos à TNU será automático. Avaliou que desenvolver a integração do sistema JEF Virtual, que será descontinuado, ao MNI demandaria um esforço que atrasaria a implantação do PJe nos JEFs. Acrescentou, ainda, que o cronograma de implantação do PJe está sendo cumprido rigorosamente, mas que persistem algumas limitações de infraestrutura (links).

7. Outros assuntos e encerramento

O Ministro Raul Araújo questionou sobre as integrações do PJe, obtendo informação dos tribunais que o sistema está integrado com diversos órgãos, via MNI. Provocado pelo Juiz Federal Marcelo Albernaz, foi apresentada o seguinte relato: 1ª Região está integrada com a Advocacia Geral da União, Caixa Econômica Federal, Procuradoria Regional Federal e Ministério Público da União. A 3ª Região está integrada com a Caixa Econômica Federal, Procuradoria Geral da União, Procuradoria Regional Federal, Ministério Público Federal, 40 prefeituras e com os tribunais de justiça de São Paulo (em testes) e de Mato Grosso do Sul. A 5ª Região está integrada com a Advocacia Geral da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria Regional Federal, Caixa Econômica Federal, Ministério Público Federal e com o sistema da Polícia Federal (Epol). A data da próxima reunião do Comitê será estabelecida conforme agenda do Ministro Raul Araújo. O Ministro Raul Araújo encerrou a reunião agradecendo a presença dos magistrados e equipes e a OAB.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA